



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



**DIRETORIA DE COMISSÕES
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES**

**Ata da Audiência Pública da Comissão de
Saúde – COMSAU, realizada no dia
05.06.2023.**

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte minutos, foi realizada a Audiência Pública da Comissão de Saúde – COMSAU, sob a presidência do presidente da Casa, vereador **Caio André (PSC)**, em atendimento ao requerimento n.º 2732/2023, de sua autoria, com o objetivo de debater sobre as necessidades das mulheres com endometriose. Registrou-se a presença dos seguintes convidados: senhora Liane Silva Rafael Rogério, médica-ginecologista, senhora Juliana Girão de Almeida Freire, coordenadora do grupo de apoio às portadoras com endometriose no Amazonas e senhor Lucas Harles do Nascimento Ribeiro, representando a OAB/AM. Após proceder aos trâmites regimentais de abertura dos trabalhos, o presidente falou da importância de debater o assunto, pois tratava-se de uma doença crônica que afligia muitas mulheres, causando diversos transtornos, dentre eles, a dificuldade de compreensão. Portanto, o debate tinha a finalidade de desencadear políticas públicas voltadas para essas pessoas. Na sequência, a senhora Juliana Girão iniciou sua participação, agradecendo a oportunidade de debater o tema, em razão dessa doença ser um problema de saúde pública que não era levado a sério pelas autoridades. Ao explicar sobre os problemas causados pela doença, disse que a endometriose era uma enfermidade crônica que afetava a vida social e emocional das mulheres, tendo um número significativo de pessoas acometidas no estado do Amazonas. Falou, também, sobre as dificuldades de diagnóstico e da falta de profissionais capacitados, bem como solicitou ajuda para criar um centro de referência que atendesse essas pessoas. Por fim, leu o relato de algumas mulheres acometidas pela doença. A seguir, o presidente disse que era uma realidade que precisava vir à tona para que os atendimentos melhorassem, e que faltavam campanhas de conscientização a fim de que houvesse esclarecimentos sobre a doença. Com a palavra, a senhora Liane Rogério, médica-ginecologista, agradeceu a oportunidade concedida pela Casa para falar sobre a endometriose, dado que aguardava há muito por este momento. Discorreu sobre as dificuldades encontradas como profissional de saúde, em razão da falta de conhecimento da sobre a doença e do grande número de mulheres que procuravam seu consultório com diferentes manifestações de endometriose. De acordo com ela, foi a partir das dificuldades de diagnóstico que procurou aprofundar seus estudos sobre a doença, chegando a fazer parte do Instituto Crispi, no Rio de Janeiro, há mais de seis anos. Na sequência, pontuou



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



sobre a estatística da doença que acometia as mulheres na cidade de Manaus, dizendo que havia aproximadamente cem mil mulheres com endometriose, ou seja, representando 10% da população feminina. A partir desses dados, indagou se a estatística não era representativa o bastante para que a doença tivesse visibilidade pelo poder público. Prosseguindo, relatou sobre a existência de serviços de excelência no Brasil que já ofereciam de forma adequada esse atendimento pelo SUS e questionou, em seguida, o motivo da cidade de Manaus não estar incluída nesse sistema público de saúde. Acreditava que poderiam conseguir se houvesse engajamento significativo pela causa. A seguir, falou sobre a importância do médico-ginecologista estar fundamentado sobre a doença, bem como toda a equipe multidisciplinar que auxiliariam o tratamento dessa paciente, precisando criar para esses profissionais meios de proporcionar uma educação continuada, a fim de facilitar o diagnóstico desses pacientes e, conseqüentemente, evitar uma longa peregrinação em busca de tratamento. Em síntese, as reivindicações solicitadas pela ginecologista foram: maior número de profissionais adequadamente atualizados com a doença, disponibilização de Unidades Básicas de Saúde - UBS para atendimento e viabilização de aparelhos de ultrassom para realização de exames, entre outros. Para ela, no tocante a realização de cirurgias, só deveria ser feita se fosse indicada por um profissional devidamente capacitado para a realização de cirurgias complexas e equipado para enxergar todas as lesões no corpo da mulher. Questionou, também, aos presentes acerca dos casos que vinham sendo realizados os procedimentos cirúrgicos, logo respondendo que, infelizmente, o maior índice eram de pacientes que vinham do interior do estado do Amazonas. Comentou que, embora existissem profissionais indicando às pacientes a retirada dos órgãos como uma possível solução da doença, ou uma possível gravidez no futuro, ainda existiam casos em que, após a realização da histerectomia, as mulheres continuavam com dor. Solicitou a contratação de especialistas em reprodução humana no quadro de servidores do SUS, a fim de que essas pacientes recebessem orientação e conscientização sobre fertilidade feminina. Na seqüência, o senhor Lucas Harles conduziu sua fala como especialista jurídico da área de saúde, ressaltando a importância do debate na Casa Legislativa como via inicial para esclarecer e conscientizar a sociedade sobre a endometriose, assim como informar a necessidade da busca de um tratamento cedo e adequado, muito embora o diagnóstico não fosse fácil. Na seqüência, falou sobre o artigo 96 da Constituição Federal, o qual indicava nas três esferas governamentais o dever de proporcionar qualidade de vida às pessoas. Sugeriu ao vereador-presidente que fizesse uma indicação ao Executivo Municipal para que fosse criado um hospital de referência para essas pessoas ou que a maternidade Moura Tapajós fosse readequada para atender esse público. Prosseguindo, pontuou sobre as liminares ingressadas na justiça contra os planos de saúde e o Sistema Único de Saúde – SUS - para assegurar o direito ao tratamento necessário das pacientes com endometriose. Acreditava que a inserção da endometriose nas doenças livres de carência nos



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



sistemas de saúde, seria uma solução para garantir o direito à saúde das pacientes. Por fim, mencionou o processo judicial para que o auxílio temporário do INSS por incapacidade fosse disponibilizado a essas pacientes. Ao encerrar sua fala, acreditou que a audiência pública fosse um marco para oferecer tratamento digno e humanizado às pessoas com endometriose. O presidente achou pertinentes as colocações, comprometendo-se em sugerir à Comissão de Saúde que fosse feita uma indicação ao Poder Executivo recomendando as sugestões apresentadas. Na sequência, o presidente concedeu espaço para que as pessoas participassem, entre elas, a senhora Thiele Vieira, paciente com endometriose, relatou seu sofrimento em busca de diagnóstico da doença. Nesse relato, pontuou os anos, a falta de empatia no atendimento do SUS e o abalo psicológico que a doença causava. Solicitou a criação de um centro de atendimento equipado com profissionais capacitados. Finalizou falando sobre as limitações ocasionadas pela cirurgia. O presidente relatou sua consternação com os depoimentos, principalmente das dificuldades em busca de assistência médica daquelas pessoas que moravam no interior do estado. Assumiu a responsabilidade de construir um rede de apoio, para isto, falou que faria indicações necessárias, bem como disponibilizaria a Escola Legislativa para dar palestras esclarecedoras sobre a doença, uma vez que era grande o número de pessoas acometidas por ela. Retornando a palavra, a médica-ginecologista Liane Rogério, falou sobre a dor causada pela endometriose, dizendo que assemelhavam-se a um paciente com câncer terminal, mas que todos tinham empatia por aquela pessoa, diferentemente do que acontecia com as pessoas com endometriose. Elas precisavam do mesmo cuidado do poder público. A senhora Juliana Girão complementou afirmando que as dores eram incapacitantes. O senhor Lucas Harles, após ouvir tantos relatos sobre as dificuldades em busca de atendimento e tratamento da doença, recomendou que as pessoas procurem ajuda por meio da Defensoria Pública. Na sequência, a senhora Camila Salgado, sugeriu que fosse disponibilizado tratamento em cada Unidade Básica de Saúde – UBS, bem como a realização de campanhas nas escolas do município com ampla divulgação, principalmente no nível fundamental II. O presidente disponibilizou-se a criar uma lei que trouxesse benefícios para as servidoras públicas municipais que eram acometidas pela doença, sugerindo também aos Poderes Executivos Municipal e Estadual a divulgação de campanhas de conscientização, além da criação de políticas voltadas a esse público. A seguir, o senhor Jusimar questionou se havia tratamento adequado. Em resposta, a doutora Liane Rogério disse que existia controle clínico, controle de tratamento e cirurgia para diminuir as lesões, mas não havia cura, por isso lutava para trazer o tratamento para Manaus. Outra pessoa presente nos trabalhos perguntou se a patologia era genética. Em resposta, a médica-ginecologista disse que havia evidências que sim, mas não havia comprovação. A senhora Ruth perguntou se os sintomas eram diferentes em cada paciente. A doutora Liane Rogério afirmou que existiam muitos sintomas, por isso o diagnóstico era desafiador. A paciente mais fácil de diagnóstico era aquela que



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



reclamava da dor ao menstruar, mas ao passar dos anos aquela dor iria aumentando, não havendo medicação que curasse a doença. Relatou o caso de pacientes com diversas apresentações de endometriose. Foi registrada a presença do vereador Salú, de Coari. Nada mais havendo a tratar, o presidente Caio André agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública, às dezesseis e vinte minutos. E, para que conste, eu, *Rosenice Rivera* (Rosenice Rivera), secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada foi assinada pelos membros da Comissão.


Ver. Caio André (PSC)

Presidente da Câmara Municipal de Manaus